

Fernando Henrique divide com o Congresso os acertos do governo

Na mensagem pela reabertura dos trabalhos, presidente da República afirma que Executivo e Legislativo tomaram as medidas necessárias para enfrentar a crise financeira internacional do ano passado



O Congresso Nacional abriu ontem os trabalhos legislativos ordinários deste ano com a leitura da mensagem em que o presidente Fernando Henrique Cardoso avalia os resultados do governo no ano passado e divide o êxito com os parlamentares

A mensagem do presidente Fernando Henrique Cardoso na abertura dos trabalhos legislativos, entregue ontem ao Congresso pelo ministro Pedro Parente, relaciona aspectos positivos do governo e atribui parte dos acertos aos parlamentares. “Divido o êxito da travessia com aqueles que me deram apoio no Congresso Nacional”, afirma o presidente, ao recordar a crise financeira que abalou o mundo no ano passado.

Em outro documento, uma carta enviada ao Congresso, Fernando Henrique elogia os resultados da convocação extraordinária do Legislativo.

PÁGINA 3



ACM ELOGIA TRABALHO DOS PARLAMENTARES

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, respondeu aos “céticos” e aos críticos do trabalho do Legislativo, afirmando que Senado e Câmara cumpriram de forma “eficiente” sua missão durante a convocação extraordinária encerrada na segunda-feira.

PÁGINA 4

ORÇAMENTO TERÁ RELATÓRIO FINAL ATÉ DIA 21

A Comissão Mista de Orçamento conclui hoje a votação dos dois últimos relatórios setoriais – “Infra-Estrutura” e “Saúde”. Serão votados, a partir das 15h30, os destaques apresentados aos relatórios dos deputados José Priante (PMDB-PA) e Pedro Henry (PSDB-MT), respectivamente. A seguir, o relator-geral, deputado Carlos Melles (PFL-MG), consolidará tudo que foi aprovado em apenas um documento, que deve ficar pronto até o dia 21.

PATROCÍNIOS NO FUTEBOL DEVERÃO SER REGULADOS

O ex-jogador e ex-ministro dos Esportes Zico (E) compareceu ontem à comissão mista que examina a MP que altera a Lei Pelé, presidida pelo senador Maguito Vilela (C). Os parlamentares manifestaram desejo de regulamentar os bingos e a presença das empresas nos clubes de futebol.

PÁGINA 2



Ronaldo sugere diálogo para evitar greve dos juizes federais

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) defendeu um canal de diálogo entre os três Poderes para evitar a greve dos juizes federais, que reivindicam reajuste salarial. O senador manifestou preocupação com a paralisação, prevista para o dia 28, ressaltando que, antes de serem servidores públicos, os juizes são membros do Poder que tem a tarefa de zelar pelo cumprimento das normas, fiscalizando a sua execução.



Ronaldo Cunha Lima defende a valorização salarial dos juizes

Ronaldo diz que há uma demanda excessiva pela prestação jurisdicional, que, aliada ao pequeno número de juizes e aos desvios da legislação processual, sobrecarrega os serviços do juiz. E destacou a frustração das expectativas de aumento salarial com a não aprovação da Lei do Teto, que vincularia as carreiras da magistratura.

— Como então exigir que alguém possa desvincular-se de sua humanidade e abstrair-se de preocupações domésticas e, muitas vezes, de sobrevivência, para melhor e corretamente desempenhar suas funções? — questionou o senador.

Outro aspecto que, segundo ele, contribui para a insatisfação da categoria é o fato de os juizes geralmente terem sob sua administração servidores que recebem salários muitas vezes maiores que os seus. Ronaldo Cunha Lima pergunta como é possível assegurar a carreira de um magistrado que vê, em razão de sentença por ele proferida, advogados recebendo de honorários o que ele não ganhará em anos de trabalho.

O senador entende que a paralisação anunciada pode “estrangular” os meios para a solução dos problemas que afligem a magistratura. “O momento convida à reflexão e a reflexão indica o caminho do diálogo. A par de não concebemos uma greve de juizes, não podemos olvidar uma oportunidade de entendimento, como preconiza a Constituição federal para o relacionamento entre os Poderes”, salientou.

Senadores querem disciplinar patrocínio de clubes de futebol

Parlamentares também consideram fundamental estabelecer novas regras legais para o funcionamento dos bingos esportivos

É preciso disciplinar o patrocínio aos clubes de futebol e a atividade dos bingos esportivos. A conclusão é dos senadores que participaram do debate realizado ontem com o ex-jogador e ex-secretário de Esportes (governo Collor), Arthur Antunes Coimbra, o Zico. O debate teve lugar na comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que altera dispositivos da Lei Pelé.

Para Leomar Quintanilha (PPB-TO), a MP pode ser a oportunidade que o Congresso esperava para solucionar o que ele chamou de “situações escabrosas”. Uma delas é a obrigação de os clubes funcionarem como empresas. Para ele, a lei deveria apenas facultar essa possibilidade.

A Lei Pelé “estatizou o esporte”, ao restringir a liberdade de ação dos clubes, na opinião de Gerson Camata (PMDB-ES). Ele criticou as regras que permitiram a ação dos promotores de bingos, que ficam com a maior parte dos recursos que deveriam seguir para os clubes. Para Zico, os bingos favoreceram poucos clubes (principalmente no interior), que souberam negociar os contratos com as administradoras dos

sorteios. A maior parte dos clubes aceitou receber quantias que variam entre 1% e 6% dos recursos arrecadados.

Camata revelou desgosto com o excesso de propaganda na camisa dos times, argumentando que os nomes dos patrocinadores muitas vezes ficam mais em evidência que os dos próprios clubes. Zico concordou que deve haver limite



Na reunião, a comissão mista que analisa a MP que altera a Lei Pelé aprovou a convocação do jornalista Juca Kfourri

para a propaganda, de modo a preservar o conceito e o valor histórico dos clubes. O ex-jogador, e atual dirigente de futebol, deixou bem claro que as empresas devem atuar como patrocinadoras, nunca como donas dos clubes.

Em resposta a pergunta de Quintanilha, Zico esclareceu que no Japão, onde atuou como jogador, não podem jogar os atletas brasileiros que não tenham

registro na Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Para o deputado Eurico Miranda, vice-presidente do Vasco da Gama, a legislação falha ao impedir o registro de jogadores na CBF.

Álvaro Dias (PSDB-PR) disse que a lei deve facilitar a parceria entre clubes e empresas. A proibição de que a mesma empresa possa patrocinar mais de um time poderia prejudicar principalmente os pequenos clubes, no entender dele. O senador Bello Parga (PFL-MA) disse que é contra o múltiplo patrocínio por acreditar que possa levar a fraudes.

O destino dos lucros obtidos com a transmissão de jogos está entre as preocupações de Bernardo Cabral (PFL-AM). Para Maguito Vilela (PMDB-GO), as idéias de Zico são semelhantes às da maioria dos senadores. Ao final da reunião, o ex-jogador explicou a importância de o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2006. A comissão aprovou requerimento de Maguito, pelo comparecimento na comissão mista do jornalista esportivo Juca Kfourri. Só o deputado Eurico Miranda votou contra.

Liberação dos bingos não estava nos planos de Zico

Em seu depoimento à comissão mista que analisa a medida provisória que altera dispositivos da Lei Pelé, o ex-jogador de futebol Zico, que foi secretário de Esportes do governo Fernando Collor, disse não ser contra os clubes promoverem bingos, desde que haja uma boa administração e uma fiscalização eficiente. Ele registrou que a liberação dos bingos, incluída na lei que ficou conhecida como Lei Zico, não estava prevista no anteprojeto elaborado por sua equipe na Secretaria.

O ex-jogador do Flamengo e da Seleção Brasileira de futebol esclareceu que não teve participação nem mesmo na legislação que incluiu a possibilidade de os clubes promoverem bingos levando o seu nome. Segundo Zico, quando

a liberação do bingo foi incluída, ele já havia sido substituído na Secretaria pelo ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman.

Zico lembrou que uma das primeiras medidas que tomou ao ser convidado para a Secretaria de Esportes, em 1990, foi propor mudanças na legislação esportiva, que, na sua opinião, era ditatorial e ultrapassada. Seu objetivo era oferecer maior poder aos clubes. O anteprojeto foi elaborado depois que ele conheceu as mudanças que estavam sendo implantadas em outros países — como Espanha, Itália, Portugal e Estados Unidos — e ouviu confederações, federações, sindicatos e os próprios clubes.

— Uma das principais mudanças que procuramos implantar foi a criação do

clube-empresa, mas não como vige hoje, de forma obrigatória. Nós propusemos o clube-empresa de maneira facultativa, pois entendíamos que, com tantos anos de existência e glórias, não poderia haver obrigatoriedade de transformação dos clubes em empresas — afirmou o ex-jogador.

Outro ponto importante, segundo Zico, foi a discussão sobre o passe dos atletas. Ele disse que defendeu a extinção do passe do atleta, mas garantindo ao clube que o formou prioridade na hora da renovação do contrato. Zico também citou como alteração importante na lei a participação dos clubes nas eleições de confederações, que até então era feita apenas com o voto das federações.



QUARTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 2000

COMISSÃO

15h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Apreciação dos destaques das áreas temáticas V (Infra-Estrutura) e VII (Saúde). *Planário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira
10h — Comissão mista destinada a examinar a MP nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos
Pauta: Depoimento de representantes de associações de bingos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Terça-feira
10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Projeto de Resolução 47/99, que trata do endividamento dos estados e municípios; PLC 40/98, que autoriza a consignação nas operações de compra e venda de veículos; PLC 21/99, que obriga os novos aparelhos de TV a conterem dispositivo de bloqueio da recepção de programação inadequada; PLC 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância; Projeto de Lei do Senado 461/99, que dispõe sobre a assistência farmacêutica no SUS; PLS 333/99 — Complementar, que autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras (Anfif) e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras (Isif); PLS 470/99, que trata do financiamento da moradia nas áreas rurais; PLS nº 116/99, que autoriza a compensação de crédito de sujeito passivo contra créditos da Fazenda Pública; PLS 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; PLS 214/99 — Complementar, que institui instrumento que garanta o equilíbrio fiscal estrutural dos diversos entes da Federação; e PLS 401/99, que concede isenção de contribuição social para o produtor rural e altera a alíquota do FGTS sobre a remuneração de empregados rurais. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h — Instalação da comissão mista destinada a examinar a MP nº 1972-10, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagem 75/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ariel Rocha de Cunto para exercer o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência; projetos que dispõem sobre o fabrico, depósito, trânsito, posse, comercialização e porte de arma de fogo; PDL 35/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Equador; PDL 36/2000, que aprova o texto do Acordo para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (Momep-II), celebrado entre o Brasil e o Equador; PDL 37/2000, que aprova o texto do Acordo sobre a Isenção Recíproca de Vistos, celebrado entre o governo do Brasil e Polônia; e Requerimento s/nº/2000, do senador Pedro Simon, solicitando a convocação de audiência pública para discussão sobre o crescimento da extrema direita no mundo. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

FHC divide êxito de seu governo com o Congresso

Mensagem encaminhada pelo presidente da República aos parlamentares afirma que Executivo e Legislativo “continuarão a empreender as mudanças que atendem às aspirações do povo brasileiro”

Na mensagem de abertura dos trabalhos legislativos, encaminhada ontem pelo presidente da República ao Congresso Nacional, o presidente Fernando Henrique Cardoso relacionou aspectos positivos de seu governo e dividiu o êxito obtido com os parlamentares. Lembrando a crise financeira que abalou o mundo, o presidente afirmou que não foi eleito para administrar crises, “mas para conduzir um projeto de transformação do Brasil”.

– Divido o êxito da travessia com aqueles que me deram apoio no Congresso Nacional – salientou o presidente na mensagem, lida no Plenário do Senado pelo deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE). A mensagem foi acompanhada por uma carta, enviada pelo presidente esta semana, destacando os resultados obtidos na convocação extraordinária.

No texto, Fernando Henrique afirma que tanto o governo quanto a Câmara e o Senado tomaram as medidas necessárias para o enfrentamento da crise. Frisa que os dois Poderes, Executivo e Legislativo, continuarão a empreender “as mudanças que atendem às aspirações de desenvolvimento e justiça do povo brasileiro”.

O presidente da República lembrou a boa resposta dada pela economia brasileira à mudança do regime cambial. Essa resposta, segundo ele, foi condicionada pela desindexação de preços e salários e também pelo saneamento do sistema financeiro nacional, medidas empreendidas em seu governo.

Entre os dados positivos citados pelo presidente estão a taxa de inflação anual de 8%, a taxa de câmbio estabilizada, a entrada recorde de investimentos diretos e a geração líquida de 418 mil postos de trabalho. Na área educacional, o presidente anunciou um índice de matrícula no primeiro grau de 96% no ano passado e um crescimento na oferta de matrículas no segundo grau de 57%, entre 1994 e 1999.

Fernando Henrique Cardoso destacou o envio ao Congresso do Plano Plurianual (PPA) – chamado pelo governo de “Avanço Brasil”. O plano, com 365 projetos prioritários, é, segundo ele, um “enorme salto de qualidade para a capacidade de se projetar o futuro do país”.



Deputado Ubiratan Aguiar lê a mensagem, ao lado do deputado Michel Temer, do senador Antonio Carlos Magalhães e do ministro Pedro Parente

Presidente elogia resultados da convocação extraordinária

Além da tradicional mensagem pela abertura dos trabalhos legislativos, o presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional uma carta em que elogia a atuação dos parlamentares durante a convocação extraordinária, encerrada na segunda-feira. Nela, o presidente da República congratula deputados e senadores e afirma que o reconhecimento não é só dele, “mas de todos os brasileiros que acompanham com atenção os acontecimentos políticos”.

Fernando Henrique destacou a aprovação da proposta de emenda à Constituição que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o projeto de lei complementar que estabelece normas de responsabilidade fiscal na gestão pública. A primeira, segundo o presidente, “abre caminho para a execução equilibrada do Orçamento”, enquanto a segunda “possibilitará o equilíbrio das contas públicas no país”.

Segundo o presidente, a atuação do Congresso contribuiu para “o resgate da confiança no Brasil após o abalo causado pela crise financeira internacional”. Outro fator positivo para esse resgate, destacou Fernando Henrique, foi a estabilidade política, que vem desde o governo anterior ao seu. No texto, lido pelo deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), o presidente afirma crer que este é o maior período de tranquilidade política do Brasil moderno.

Fernando Henrique destacou ainda a harmonia entre os três Poderes como fator favorável a essa recuperação de imagem do Brasil. Ao parabenizar os parlamentares, o presidente disse que eles “têm contribuído para proporcionar um país à altura das suas necessidades e das expectativas de sua cidadania”. Ressaltou que o entendimento entre o governo e o Congresso tem permitido que o país trilhe “o caminho da mudança com estabilidade”.

Na mensagem, o presidente da República elogiou as novas regras de disciplina partidária e de formação de coligações eleitorais, aprovadas ainda na sessão legislativa ordinária do ano passado. Segundo ele, essas novas normas consolidam o sistema partidário, ainda excessivamente fragmentado. Também as propostas constantes das reformas tributária e do Judiciário foram ressaltadas pelo presidente.

Ajuste fiscal definitivo complementar as reformas

Na mensagem pela abertura dos trabalhos ordinários do Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que, apesar do muito já feito, o processo de transformação do Estado brasileiro ainda não terminou. Para ele, as mudanças introduzidas com as privatizações e a concessão de serviços públicos devem ser complementadas por um total e definitivo ajuste fiscal do Estado no Brasil – incluindo União, estados e municípios. Para isso, é fundamental que seja aprovada pelo Congresso a Lei de Responsabilidade Fiscal, já votada pelos deputados e em discussão no Senado.

De acordo com Fernando Henrique, só um Estado ágil, flexível e preparado terá condições de lidar com os desafios e demandas de um mundo globalizado e carregado de transformações sociais. Depois de destacar o decisivo apoio do Congresso nas mudanças estruturais do país, o presidente lembra que o Brasil só conseguiu superar sem traumas mais profundos os choques das recentes crises asiática e russa devido às reformas implantadas nos últimos anos. Ele considera ainda de suma importância a aprovação final, pelo Senado, da Desvinculação de Receitas da União (DRU), o que possibilitará ao governo manter superávits primários superiores a 2,6% do PIB (descontados gastos com juros da dívida pública). Os superávits, a seu ver, são básicos na credibilidade da política eco-

nômica nacional.

Em seus comentários sobre o ajuste fiscal da União, o presidente da República lembra que as mudanças na área de previdência social para funcionários de empresas privadas, especialmente a introdução do chamado “fator previdenciário” (que coloca contribuição e expectativa de vida na fórmula de cálculo da aposentadoria), permitiram “interromper a trajetória explosiva do déficit do INSS”, que ameaçava até mesmo o pagamento de aposentadorias.

No entanto, a previdência dos funcionários públicos é um capítulo em aberto, conforme o presidente. Ele elogia o trabalho do Congresso, que aprovou uma emenda permitindo a cobrança de contribuição dos inativos, suspensa pelo STF. O Executivo enviou nova proposta com essa finalidade, na tentativa de evitar as inconstitucionalidades apontadas pelo Supremo, e Fernando Henrique diz contar novamente com o apoio do Parlamento. No momento, a matéria encontra-se em debate na Câmara.

– O Estado tem enormes desafios pela frente. É necessário construir um modelo que permita o crescimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida da população. Urge aumentar a competitividade da economia, promover a descentralização das decisões e o respeito ao meio ambiente. Enfim, reduzir as disparidades regionais e sociais – proclama o presidente.

Previsões de “inflação represada” no ano passado não se confirmaram

Em seus comentários sobre o desempenho da economia no ano passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso dedica quase uma página ao erro dos economistas que previram uma mudança de patamar da inflação. Eles sustentaram a tese da “inflação represada” porque, no decorrer do ano, os preços no atacado subiram mais de 20%, enquanto os preços ao consumidor não chegaram a 9% (o Índice de Preços no Atacado da FGV está em 28,17% nos últimos 12 meses, enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, registra 8,85%).

O erro central de quem fez a previsão foi acreditar que o repasse de preços do atacado para o consumo ocorre mais cedo ou mais tarde, conforme o presidente. Assim, de acordo com a tese da “inflação represada” lembrada por alguns economistas, num primeiro momento os comerciantes absorveriam os aumentos ocorridos no atacado, diminuindo suas margens, mas logo repassariam tudo aos consumidores.

De acordo com Fernando Henrique, em quase todo o mundo, inclusive no Brasil, os picos de preços no atacado tendem a coincidir com os picos de preços no varejo, “com defasagens mínimas”. Em outras palavras, os preços dos produtos finais refletem “quase de imediato” os aumentos provocados por algum fator, como mudança cambial (ocorrida no ano passado). Além disso, o peso das matérias-primas pagas em dólar representa “apenas uma fração do custo dos bens finais”. O presidente ainda observa: à medida que se avança na cadeia de “agregação de valor”, tal peso se dilui, pela participação dos serviços.

Fernando Henrique admite que a inflação poderia ter mudado de patamar no ano passado se o Brasil estivesse vivendo um momento de deterioração fiscal, de superaquecimento da demanda e se estivesse em curso a reindexação da economia. “Aí sim, o aumento dos preços no atacado poderia traduzir-se mais à frente em elevação do nível geral de preços”, salienta.

ACM destaca trabalho do Congresso na convocação

Senador chama de “céticos” os que criticam o trabalho do Legislativo e afirma que essas pessoas procuram enfraquecer o regime democrático. “Temos o dever de mostrar ao povo o que somos e o que faremos em benefício da pátria”, diz

Ao encerrar, na manhã de ontem, a sessão solene de instalação da sessão legislativa deste ano, o senador Antonio Carlos Magalhães, presidente do Congresso Nacional, elogiou o trabalho desenvolvido por deputados e senadores durante a convocação extraordinária. O senador tachou de “céticos” os que criticam o desempenho do Legislativo, salientando que essas pessoas procuram, “sem querer ou querendo, enfraquecer o regime democrático”.

— Nós responderemos sempre, na Câmara e no Senado, com nosso trabalho eficiente, em benefício sobretudo dos mais carentes. Temos o dever de mostrar ao povo o que somos e o que fazemos, em benefício da pátria — disse, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Antonio Carlos afirmou que os parlamentares ficaram “felizes” com o reconhecimento público, por parte do presidente da República, pelo bom tra-



Ao lado de Temer, Antonio Carlos disse que Congresso cumpre seu dever

balho realizado no Congresso Nacional durante a convocação extraordinária. “Isso estimula”, acrescentou, “mas não é suficiente”.

Em entrevista à imprensa, após a sessão solene, Antonio Carlos revelou que as presidências da Câmara e do Senado deverão ocupar, em breve, cadeia nacional de rádio e televisão para prestar contas à sociedade do trabalho desen-

volvido pelos parlamentares.

A respeito da possibilidade de promulgação parcial da emenda que regulamenta a edição de medidas provisórias, como quer a oposição, o senador observou que antes de tomar uma decisão “é preciso ver se as coisas pendentes (de apreciação pela Câmara) não são substanciais; do contrário, pode-se promulgar uma coisa com cabeça e sem corpo”.

“Responderemos sempre com realizações àqueles que não acreditam na democracia”

A seguir, a íntegra do pronunciamento do presidente do Congresso Nacional:

“Srs. congressistas, ontem tive oportunidade de dizer do orgulho — e o repito agora — que tenho de presidir o Senado Federal, entre outros motivos pelo trabalho sempre eficiente dos meus queridos colegas senadores.

Não tenho dúvida de que o presidente Michel Temer pensa e sente do mesmo modo em relação aos seus colegas deputados federais. Demos mais um testemunho, nesta convocação extraordinária, do espírito que nos orienta no exercício do mandato legislativo em benefício do País.

Muitos — céticos — não reconhecem esse esforço e, assim, procuram sem querer, ou querendo, enfraquecer o regime democrático. Nós responderemos sempre, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, com ação eficiente, com inteira dedicação àquelas matérias que resultam em benefício de todos os segmentos sociais, sobretudo os mais carentes. Responderemos sempre com reali-

zações àqueles que não acreditam na democracia.

Nós também — e combinamos isso ainda hoje, presidentes da Câmara e do Senado — faremos os esclarecimentos necessários à opinião pública pelos meios de divulgação. Temos o dever de mostrar ao povo o que somos e o que fazemos em benefício da pátria, e o faremos.

Ao se instalar mais uma sessão legislativa, ficamos felizes com o reconhecimento público de S. Ex.^a, o sr. presidente da República, pelas votações ocorridas no Congresso Nacional. Isso nos estimula, mas não é suficiente. Continuaremos a discutir e a deliberar sobretudo sobre os projetos em tramitação, muitos dos quais modificarão totalmente os rumos da sociedade brasileira. Para isso, não se distinguem partidos nem ideologias. Temos contado, tanto na Câmara quanto no Senado, com a colaboração de governistas e oposicionistas. Todos unidos pelo bem do Brasil. Daí por que estou

muito feliz em presidir o Congresso Nacional, muito honrado por esta oportunidade.

Desejo dizer aos srs. deputados e senadores que seguiremos com esse mesmo espírito para que possamos sempre olhar de frente, como estamos olhando hoje, a sociedade nos nossos estados e no país inteiro.

O Congresso Nacional tem cumprido o seu dever. A Câmara acaba de bem cumpri-lo. O Senado também. Daí por que no início desta sessão legislativa achei por bem dizer essas palavras de estímulo e sobretudo de justiça aos Congressistas.

Neste instante, agradeço a presença de autoridades civis, militares e eclesiais. Em particular, ao chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro Pedro Parente, que tem demonstrado, mesmo antes de exercer essa função, o seu respeito e a sua admiração pelo Poder Legislativo.

A todos os senhores, muito obrigado. Continuaremos a trabalhar pelo Brasil.”

Senador fica satisfeito com reconhecimento de FHC

Os comentários elogiosos do presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o desempenho do Legislativo, na mensagem que enviou ao Congresso Nacional no início da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, foram muito bem recebidos pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.

— Gostei muito da mensagem, salientando a carta em que o presidente reconhece o trabalho do Congresso na convocação extraordinária e na sessão legislativa passada — afirmou.

Antonio Carlos disse que já leu a parte introdutória e vai dedicar-se agora à leitura do texto integral, mas aprovou a colocação do

presidente sobre a necessidade de “não baixar a guarda” na economia:

— Concordo inteiramente, porque, se baixarmos a guarda, vamos voltar à situação anterior. Nós tivemos progressos muito grandes na área econômica, e isso é muito importante — declarou.

Relatório mostra Legislativo na vanguarda das mudanças

Na apresentação do relatório da Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional referente aos trabalhos da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura — que corresponde ao período de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro de 1999 — o senador Antonio Carlos Magalhães registrou que o Congresso fez a sua parte e em nenhum momento esteve à margem das mudanças que o Brasil necessitou. “Ao contrário, assumiu, por diversas vezes, a vanguarda das transformações.”

O presidente do Senado, no texto de apresentação, também registrou as dificuldades enfrentadas pelo Brasil durante o ano de 1999. Ele citou a necessidade de mudança na política cambial e de redução no déficit da balança comercial, as baixas na exportação, a alta no preço do petróleo e o nivelamento de contingentes populacionais do país, em matéria de pobreza, aos países mais pobres da África, de acordo com estudos da ONU e do Banco Mundial.

— O Congresso Nacional não ficou insensível. Reagiu, primeiro, acelerando a aprovação de medidas que vão contribuir para transformar e dinamizar a economia do país e sua estrutura administrativa; segundo, acatando uma proposta de minha autoria, de formarmos rapidamente um mutirão de combate à pobreza — lem-

brou Antonio Carlos.

Entre os resultados da comissão mista instalada em 18 de agosto para estudar formas de combater a pobreza no país, o presidente do Congresso citou a apresentação de projetos que atualmente tramitam na Câmara e no Senado, com a finalidade de criar condições para mudar a concentração de renda no Brasil.

Antonio Carlos referiu-se ainda à instalação de duas comissões parlamentares de inquérito no Senado que apuraram irregularidades e crimes nos sistemas judiciário e financeiro. Ele também destacou que na Câmara dos Deputados uma CPI foi instalada para rastrear as ramificações do narcotráfico e do crime organizado no país, semelhante à operação mãos limpas, na Itália.

O Senado, informou Antonio Carlos Magalhães, apreciou 619 matérias em 1999, aprovando 500 e determinando o arquivamento de 119. No ano foram realizadas 182 sessões plenárias, das quais 114 deliberativas. No âmbito das comissões, de acordo com o presidente da Casa, nunca se trabalhou tanto.

Em 241 reuniões, além de 20 reuniões de subcomissões, as sete comissões permanentes deliberaram sobre 374 matérias, algumas terminativamente, outras enviadas à apreciação do plenário do Senado, informou Antonio Carlos.

Promulgação de partes de emenda sobre MPs ainda depende de estudos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que ainda não foi encontrada uma boa fórmula para viabilizar a aprovação da emenda constitucional que disciplina a edição de medidas provisórias, mas não descartou a possibilidade de conseguir um acordo incluindo o governo.

— Ainda estamos estudando a tese de promulgar as partes já aprovadas duas vezes nas duas Casas, e também se é possível um acordo com o governo para votar a totalidade da proposta — esclareceu.

Segundo o senador, a alternativa de promulgar inicialmente os dispositivos aprovados em dois turnos, no Senado e também na Câmara, continua sendo objeto de estudos das Mesas das duas Casas, e depende da segurança de que alguma parte essencial não fique de fora.

Pouco depois de dar estas declara-

ções à imprensa, o presidente do Senado recebeu em seu gabinete parlamentares que defendem a tese da promulgação: os deputados Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Carlos Aleluia (PFL-BA); os líderes do PCdoB, Sérgio Miranda, e do PL, Almeida Jesus; e o vice-líder do PSB, José Antonio.

SUCESSÃO

A sucessão de 2002 foi um dos temas do encontro de ontem entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o senador Antonio Carlos Magalhães, no Palácio do Planalto. Segundo Antonio Carlos, o presidente garantiu que ainda não tem candidato e nem mesmo preferência por nome ou partido:

Ainda de acordo com o senador, a única qualificação necessária será estar “em boas condições” na ocasião das eleições: “Isto é o raciocínio dele, e não há preferência por ‘A’ ou ‘B’, nem por partidos”, enfatizou.